

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado

Class.: 1758

Data: 25.11.86

Pg.: _____

190 Precatória do juiz federal exige saída de intrusos do 'Chimbandue'

Chapecó — O juiz federal em Santa Catarina enviou uma precatória à Vara Cível de Chapecó para que seja executada, imediatamente, pela polícia militar local, a retirada dos índios não-pertencentes ao Toldo Chimbandue que insistem em ficar na área.

O juiz exige também que a determinação de reintegração de posse as dez famílias indígenas expulsas do Toldo seja obedecida. Manoel Lauro Volkner de Castilho assinou proibição explícita de representantes da Funai entrarem na reserva, bem como proibição genérica de representantes de outros órgãos ou pessoas no Toldo Chimbandue.

Julio Gaiger, advogado das dez famílias expulsas há mais de um mês

do Chimbandue, em Sede Trentin, chega hoje a Chapecó com a precatória assinada pelo juiz federal no Estado. Quem também chega ao Município é Rui Sulzbach, procurador-geral da República para Santa Catarina, que coordenará o inquérito que apura os fatos ocorridos durante o conflito no Toldo Chimbandue, quando mais de 200 índios, vindos do Rio Grande do Sul e do Paraná, a pedido do antigo cacique da reserva, Clemente Fortes do Nascimento, invadiram a área e provocaram a expulsão de dez famílias caingangues consideradas brancas e mestiças. Entretanto, foi a própria Funai que, em 1984, realizou, através de três antropólogas da UFSC, um estudo, onde ficou constatado que todas as 27 famílias que vi-

viam no Chimbandue eram realmente caingangues.

De outra parte, existe a acusação das famílias expulsas, que hoje vivem no Seminário Diocesano de Chapecó, de que, durante a invasão no Chimbandue, vários funcionários da Funai, com a participação do próprio delegado do órgão, Sebastião Fernandes, participaram da violência, tendo inclusive usado de caminhão próprio e fretado outro para o transporte das famílias expulsas. Sobre isso, representantes do Conselho Indigenista Missionário — Cimi — mantiveram contato, ontem, em Brasília, com o ministro do Interior, Costa Couto, exigindo a apuração dos fatos, para que os culpados sejam responsabilizados.